

A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CONTÁBIL MENSURADA AO FAIR VALUE

Elias Garcia*
Eliane Mariana Corbari**
Dirceu Aguirre Junior***
Patrícia Cislaghi****
Annelise Torres*****

Resumo: O presente trabalho busca demonstrar a importância das divulgações contábeis para a gestão empresarial, seus objetivos e suas práticas. O pressuposto subjacente a essa visão é o de que a contabilidade deve ter sensores capazes de captar informações dos ambientes interno e externo, com o intuito de projetar cenários futuros, prevendo pontos fortes e fracos, a fim de traçar diretrizes estratégicas, corrigir ou sanar falhas e suportar a consequência de uma decisão já tomada anteriormente. Esse processo é necessário para que a empresa sobreviva em ambientes competitivos, reduzindo incertezas, assegurando sua continuidade e otimizando seus resultados econômicos. A orientação para o futuro provém da correta evidenciação da informação e da mensuração apropriada dos itens econômicos, na busca contínua pelo valor contábil justo.

Palavras Chave: Informação Contábil; Evidenciação; Mensuração; Valor Justo.

Abstract: The present paper aims at demonstrating the importance of the accounting reports to the company management, as well as their objectives and practices. The assumption underlying this view is that the accounting area must have sensorships able to get information from internal and external environments, with the purpose of projecting future scenarios, predicting strengths and weaknesses. In this way, it is possible to implement strategic directives, to correct or eliminate errors, and take the consequence of a decision already taken. This is a necessary process for the company so that it can survive in competitive environments, reducing uncertainties, assuring its continuity and optimizing its economical results. The orientation towards the future results

from the accurate evidentiatio of the information and from the appropriate measurement of the economical items, in the continuous search for the fair value accounting.

Key-Words: Accounting Information; Evidentiatio; Measurement; Fair Value.

1. INTRODUÇÃO

A atual conjuntura empresarial, com tantos desafios e inovações tornam-se uma força que possibilita às empresas evoluírem e se adaptarem ao novo ambiente, buscando constantemente a sua continuidade.

A verdade é que com o fim da era industrial e a chegada da “era da informação”, todo esse ambiente empresarial se sentiu obrigado a se adaptar conforme exigências internas e internacionais. Em resposta a isso, as empresas têm buscado implementar modelos organizacionais que facilitem a comunicação e permitam maior compreensão dos processos.

Assim, a informação gerada na empresa, que deveria ser apenas algo normal dentro de uma organização, se tornou uma ferramenta essencial na busca de suporte às decisões gerenciais.

O presente trabalho tem como objetivos abordar a contribuição da informação adequada como meio para obter resultados mais justos e prevenir avaliações acima ou abaixo do real valor.

Sabe-se que as empresas brasileiras estão cada vez mais avançando para mercados exteriores, com a intenção de serem reconhecidas internacionalmente, a fim de obter mais acionistas e, conseqüentemente, mais investimentos. Observa-se, portanto, que nem todos os países possuem a mesma visão a respeito de avaliações e evidenciações. Assim, este trabalho busca fazer uma discussão teórica do método de padronização de informações, no sentido de aproximar o preço do valor no fornecimento das informações contábeis.

2. OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

A Contabilidade não é uma novidade no mundo dos negócios. Sua origem, data de milhares de anos, evidentemente que seu desenvolvimento dependeu de eventos ocorridos em muitos países, tendo seu apogeu a partir do século XV com a expansão marítimo-comercial européia e a publicação da obra de Luca Pacioli e, mais tarde, suplantada pela Escola Americana e difundida para o mundo inteiro, com a função de identificação, mensuração e comunicação de eventos econômicos para servir à gestão.

Sabe-se, portanto, que a contabilidade evoluiu muito desde aquele tempo até os dias atuais. Seu principal papel reside em oferecer aos gestores a certeza e os meios para decidir,

justificar e estabelecer prioridades para planejar, programar, demonstrar os resultados de suas atividades e fiscalizar a regularidade das operações. Muitos autores entendem que, além de registrar, identificar e mensurar os eventos que afetam o patrimônio das entidades, uma das funções mais importantes é a informação e a decisão sobre essas ações.

A Associação Americana de Contabilidade define contabilidade como “o processo de identificação, mensuração e comunicação de informação econômica para permitir julgamentos bem informados e a tomada de decisões por usuários da informação” (HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 135). Isso demonstra a importância da contabilidade para geração de informações bem estruturadas, e também da necessidade da correta identificação das informações oportunas, a fim de atingirem seu objetivo que é de bem informar seus usuários. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, Resolução 774/94,

O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta representação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

A Contabilidade pode ser definida como um sistema de processamento de informações destinado a captar e medir a essência econômica dos eventos que afetam a entidade e relatar seus efeitos econômicos sobre a mesma entidade para os tomadores de decisões. A dimensão econômica, segundo Pereira (1999, p. 72), “expressa todos os esforços e benefícios obtidos pela empresa no sentido de cumprir sua missão”, ou seja, está relacionada ao resultado que é gerado por cada decisão tomada.

Para que a empresa sobreviva em ambientes competitivos e assegure sua continuidade, de forma que otimize seus resultados econômicos, é necessário que a Contabilidade tenha sensores capazes de captar informações do ambiente interno e externo. Assim, poderá de projetar cenários futuros, prevendo pontos fortes e fracos para que diretrizes estratégicas sejam traçadas, bem como para corrigir ou sanar alguma falha e suportar a consequência de uma decisão já tomada anteriormente.

3. IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO

O grande desafio de uma organização é a informação, pois é ela que dá o apropriado suporte aos seus modelos decisórios a seus gestores. Muitas vezes, a geração da informação adequada para ocupar os modelos decisórios, em tempo oportuno, requer, além da vital identificação da necessidade desse bem, a disposição de diversos recursos, como humanos, temporais, físicos, financeiros, dentre outros.

O entendimento fundamental é de que a informação é um dos recursos dos quais o gestor necessita para conduzir os negócios. Ela configura-se como “um conhecimento disponível, para uso imediato que permite orientar a ação, antes cercadas de incerteza, possibilitando sua condução a um nível de risco adequado” (GUERREIRO, 1999, p. 315).

Pode-se afirmar que a informação facilita o desempenho das funções, como planejar, organizar, dirigir e controlar operações, e com isso, consegue-se tomar uma decisão racional. Essa decisão nada mais é do que a conversão da informação em ação.

Para que a informação seja capaz de proporcionar benefícios ao usuário, deve apresentar algumas características básicas, definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, na NBC T 1/1995, que trata das características da informação contábil que são: confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade. A informação, para ser relevante, necessita ser verdadeira, confiável, e passível de compreensão por todos os usuários. Deve chegar ao conhecimento do tomador de decisões em tempo hábil para sua utilização e que seja passível de comparação num intervalo de tempo.

Partindo da premissa de que maior valor terá a informação, quanto maior for o seu poder de auxiliar as tomadas de decisões dos usuários, pode-se considerar que o valor da informação se baseia na utilidade desta, ou seja, o quanto determinada informação satisfaz as necessidades dos tomadores de decisões, dando-lhes o amparo de que precisam. É importante lembrar que o valor da informação é pessoal e, portanto, diferente para cada usuário, dependendo de sua necessidade.

4. A CONTABILIDADE COMO GERADORA DE INFORMAÇÃO

A profissão contábil, com o objetivo de atender seus usuários, tem assumido ainda mais a sua função de geradora de informação. Isso porque as novas exigências do mercado têm aumentado a complexidade das atividades e passaram a exigir das empresas maior quantidade e qualidade de informações para controlar o processo produtivo e tomar decisões em nível estratégico e operacional.

Uma organização voltada à otimização empresarial necessita estar sempre revestida de informação, a fim de dar suporte a seus modelos decisórios. As empresas, preocupadas com o futuro, estão buscando modelos gerenciais mais apropriados a fim de beneficiar suas operações. Assim, observa-se, de um lado a ciência contábil usando as mais diversas inovações tecnológicas para dar suporte às ações gerenciais e condução dos negócios e, de outro, as organizações na busca por formas de aplicação dessas técnicas.

A ciência aqui estudada tem como uma de suas principais funções suprir os usuários de informações que dêem o devido suporte ao processo de tomada de decisão em todos os seus estágios, desde o reconhecimento do problema até a escolha da melhor alternativa para saná-lo.

A grande contribuição da evolução da contabilidade para o processo de gestão está no valor

atribuído à informação, pois os registros utilizados para análises passaram a ser baseados em informação, por ser considerado o meio mais viável de se chegar a uma situação desejável e selecionar as melhores alternativas econômicas em uma entidade. Portanto, quando se pensa nos passos lógicos do processo decisório, observa-se que a Contabilidade ocupa um papel indispensável tanto no que concerne à identificação do problema, quanto à sua avaliação e escolha das alternativas mais convenientes.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários bases seguras às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução riscos e oportunidades que oferece.

Dessa forma, de acordo com (SZUSTER, RIPAMONTI, NÉLO, 2001, p. 19) é possível prover os usuários com informações dispostas da seguinte forma:

- 1) Elaborar vários conjuntos de relatórios, para atender os vários usuários que exigem tais informações;
- 2) Elaborar um relatório com grande variedade de informações capazes de atender às necessidades de quase todos os usuários.

O que se percebe, portanto, é que prevalece a primeira alternativa. Empresas elaboram uma variedade de relatórios com a finalidade de atender aos órgãos públicos, fisco contábil, bancos, Comissão de Valores Mobiliários, controladores, entre outros, e acabam por adaptar tais relatórios para os usuários internos, compradores, fornecedores, gestores e funcionários.

No intuito de atender a todos os usuários, elaboram-se uma quantidade de relatórios, nem todos aceitos para fins fiscais, como fonte de informação. Dentre outros pode-se citar as demonstrações contábeis, livros, notas explicativas, mapas, planilhas, laudos e registros permanentes.

De acordo com Meigs e Meigs citados por (NAKAGAWA, 2000, p. 7), há uma “necessidade de se ter um conjunto bem definido de normas contábeis para assegurar as qualidades fundamentais das informações”. Através de pensamentos iguais a esse é que se elaborou a idéia de demonstrações contábeis, as mais úteis a todos os usuários, com finalidade informativa, para embasamento na tomada de decisão.

6. DISCLOSURE

O termo *Disclosure* pode ser utilizado com dois significados: dar a conhecer os riscos, benefícios, desconfortos e implicações econômicas de procedimentos, com o objetivo de que as pessoas tomem decisões devidamente esclarecidas, ou também, revelação de informações

confidenciais, podendo constituir uma quebra de confidencialidade. Em outras palavras, *disclosure* pode ser entendido como ato de evidenciar, de tornar claro ou de revelar algo.

Segundo Iudícibus (1997, p. 115), o *disclosure* “é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos”. O objetivo da contabilidade é fornecer informações aos vários usuários, a fim de proporcionar um conhecimento válido para determinar algo. A contabilidade tem a missão de evidenciar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada e lógica, transmitindo o máximo possível para os relatórios, a fim de propiciar uma base adequada de informação para seus utilitários.

Quando se evidenciam os eventos econômicos que impactam a situação patrimonial da entidade, o usuário terá, a partir das informações contábeis, melhor embasamento para o seu processo de tomada de decisões. A contabilidade, através do processo de evidenciação, poderá estabelecer e manter essa relação com maior qualidade, à medida que os fatos econômicos são evidenciados em linguagem natural, acessível a todo e qualquer interessado.

Considerando que as demonstrações contábeis devem fornecer um retrato econômico fiel da situação patrimonial das entidades, a contabilidade há de se preocupar fundamentalmente com o conteúdo delas. O termo *disclosure* não se prende apenas à forma de apresentação, mas também ao conteúdo das demonstrações contábeis, ou seja, não se preocupa apenas em identificar determinada informação, mas se preocupa, principalmente, com a qualidade das informações prestadas aos usuários, buscando assegurar que as expressões monetárias constantes nas referidas demonstrações expressem adequadamente a situação econômico-patrimonial da entidade contábil.

Deste modo, se verifica que, o *disclosure* das informações contábeis de uma determinada entidade é o meio pelo qual a contabilidade exterioriza o resultado de todos os seus estudos e avaliações, resultantes da aplicação de seus conceitos e sob a observância de seus princípios. É o meio pelo qual se informa determinado usuário sobre a respectiva situação econômico-patrimonial. É o canal pelo qual as informações contábeis vão do profissional da contabilidade ao usuário, para que a informação possa atingir seu objetivo adequadamente e a contabilidade também, que é bem informar o tomador de decisões econômicas.

7. MENSURAÇÃO CONTÁBIL

Sabe-se que nem todos os elementos patrimoniais podem ser mensurados da mesma forma, já que nem todos possuem as mesmas características econômicas. Os valores de entrada, por exemplo, possuem características que beneficiam a contabilidade financeira, mas deixam a desejar no que se refere à gestão interna da empresa. Isso se dá por motivo de não reconhecimento dos resultados potenciais, ou seja, sua verdadeira capacidade de gerar riquezas (valor econômico).

Os valores de entrada são obtidos no mercado de compra de uma entidade ou os que refletem o custo ou sacrifício para a obtenção de ativos. A avaliação a valores de entrada pode ser

feita através do custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente ou custo corrente corrigido (KEHL, 2005, p. 14).

Em resumo, pode-se afirmar que o custo histórico representa o preço pago para adquirir a propriedade e o uso de um ativo. O critério do custo histórico corrigido busca manter o valor da avaliação original em moeda de poder aquisitivo constante ajustando-o por um índice de preços. O custo corrente é o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo equivalente. O custo corrigido é o custo corrente atualizado monetariamente através de um índice de preços (SZUSTER; RIPAMONTI; NÉLO; 2001, p. 20).

Valores de saída referem-se ao caixa recebido pela entidade oriundo de venda ou troca, ou seja, se restringem às operações passadas e representam o benefício que a empresa realizou, realiza e realizará com a disponibilização para o mercado. Os valores de saída são avaliados através do Valor Realizado, Valor Corrente de Venda, Valor Realizável Líquido, Valor de Liquidação, Valor de Realização Futuro, Valor Presente do Fluxo Futuro de caixa ou Valor Presente Líquido (KEHL, 2005, p. 14).

A questão envolvendo os melhores critérios de avaliação de ativos e passivos sempre foi cercada de controvérsias e objeto de divergências entre profissionais, acadêmicos e outros especialistas. Mais recentemente, a polêmica tendeu a polarizar-se em dois critérios específicos: o custo histórico e o valor justo.

8. FAIR VALUE ACCOUNTING

As organizações tomam decisões baseadas em informações referentes a dados mensurados, ou seja, produtos resultantes de algum processo de mensuração. “E a ligação entre mensuração e a decisão são tão próximas que a qualidade das decisões frequentemente repousa na qualidade das mensurações feitas para informar as referidas decisões” (MASON e SWANSON citados por NAKAGAWA, 2000).

A Lei das Sociedades por Ações, seguindo a doutrina do conservadorismo, obriga as sociedades por ações a adotar o “custo ou mercado, dos dois o menor” para estoques e investimentos temporários, dentre outros itens (LEI 6.404/76, art. 183). O dispositivo não se refere necessariamente a uma medida de entrada ou de saída, mas a uma mescla desses conceitos, já que o termo mercado pode referir-se tanto a um preço de entrada como de saída.

Partindo dessa premissa, a contabilidade deve atentar para as informações que esteja prestando, no sentido de que os elementos patrimoniais sejam adequada e economicamente mensurados e, concomitantemente, dando a transparecer não apenas uma realidade de custos, mas de perspectivas de benefícios futuros, ou seja, valor de mercado.

O valor de mercado de uma mercadoria representa o valor ditado pelo mercado, ou seja, o valor de determinado item, ditado pela lei da procura e oferta em determinado período. Apesar

dos conceitos preço e valor não serem equivalentes, pode-se dizer que o preço de mercado de um dado produto é uma representação fiel do seu valor de mercado, no momento da transação.

A partir desse conceito, surge o *Fair Value Accounting*, (Valor Contábil Justo), que é uma ferramenta utilizada para representar o valor de mercado dos ativos, ou pelo menos uma estimativa mais próxima dos benefícios futuros esperados dos componentes patrimoniais das entidades. O valor justo pode ser definido como o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado entre partes independentes. O *Fair Value* teve sua origem em uma concepção de avaliação mais próxima dos custos correntes, em que as informações sobre os riscos financeiros predominam sobre a percepção de entradas e saídas em valores nominais da época das transações de compra e venda.

Para determinar o valor justo propriamente dito, a entidade deverá utilizar o preço verificado em um mercado ativo, sempre que disponível, sem proceder a ajustes. O *Financial Accounting Standard Board (FASB)*, e a *International Accounting Standard (IAS)* consideram ativo o mercado em que os preços são prontos e podem ser obtidos regularmente por intermédio de bolsas, corretoras, distribuidoras ou agências reguladoras dentre outros, desde que os preços representem transações reais e regulares entre partes não relacionadas (IAS 39-AG71 *apud* NAKAGAWA, 2000).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 496) o *Fair Value* não é uma base de mensuração específica que possa ser aplicada a todos os elementos patrimoniais indistintamente. Nesse sentido, pode-se concluir que a aplicação de um único método de avaliação para todos os elementos patrimoniais não seja adequada, pois cada qual possui uma característica econômica particular e capacidade peculiar de propiciar benefícios futuros à entidade.

Lopes (1999, p. 26) entende que com a utilização do *Fair Value*, “tem-se um argumento significativo no conteúdo informativo das demonstrações contábeis, uma vez que elas passam a conter um número maior de informações e as mesmas estarão a valores mais próximos da visão do mercado”. Em resumo, pode-se dizer que a importância da utilização do *Fair Value Accounting* reside no fato da contabilidade poder basear-se no conceito de valor para suas avaliações. Desse modo, ressalta o aspecto econômico do patrimônio das entidades, buscando mensurá-lo de forma adequada para os fins aos quais se presta.

No Brasil, a aplicação do conceito de valor justo ainda é restrita, tendo em vista o princípio fundamental do Custo como Base de Valor (ou registro pelo valor original) e o fato de a Lei das S/As obrigar as sociedades por ações a avaliar a maior parte de seus ativos pelo custo histórico.

Nos últimos anos tem-se assistido a movimentos normativos na direção de uma aplicação maior de avaliações pelo valor justo, particularmente envolvendo instituições financeiras, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, bem como, certos fundos de investimento. Nos Estados Unidos há rumores maiores sobre tais registros.

O que se percebe, portanto, é que o problema reside na abundância de atributos positivos e negativos relacionados aos critérios de custo histórico e valor justo, dificultando o delineamento

de uma fronteira que permita indicar sua aplicabilidade para cada item do balanço patrimonial. Se, por um lado, as mensurações pelo valor justo são em geral mais relevantes, as estimativas que o baseiam são mais subjetivas e os números apresentados, mais voláteis. Já os saldos das contas computadas pelo custo histórico oscilam menos, são baseados em critérios mais objetivos, mas retratam uma avaliação mais estática, defasada no tempo. Esses prós e contras têm sido objeto de amplo debate entre órgãos normativos, contadores e administradores, e, necessariamente envolvem ponderações visando a identificar o critério que mais bem se aplicaria em cada caso.

Outro aspecto a ser considerado seria o fato de que o valor justo realmente ilustra as exposições de uma entidade em tempo real, mas as companhias somente divulgam as demonstrações contábeis várias semanas após sua data-base. Assim, há perdas significativas na relevância das informações obtidas em tempo real, mas que podem estar completamente defasadas quando disponibilizadas ao público, dada a alta velocidade das oscilações do mercado.

Em geral, considera-se a informação relevante quando é útil para os usuários em suas decisões econômicas, e confiável se ela representar fidedignamente o que se propõe apresentar. Em muitos casos haverá uma ponderação entre relevância e confiabilidade. Por exemplo, o conhecimento do valor justo de um ativo é muitas vezes mais relevante do que seu custo histórico, mas este é bem mais confiável do que aquele porque é baseado em uma transação real da entidade, permitindo o acesso a dados exatos.

No Brasil, os Princípios Fundamentais de Contabilidade ainda se referem ao custo como base de valor para os ativos, conforme se verifica no pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, aprovado e referendado pela Deliberação nº 29/86 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e na Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O sentido principal da evolução regulatória no Brasil tem sido a convergência com os pronunciamentos internacionais e, para isso, o IBRACON e a CVM têm se empenhado na adaptação das regras emitidas pelo FASB para o ambiente contábil brasileiro. Para que haja uma aplicação mais ampla de mensurações a valor justo no Brasil necessita-se de ultrapassar algumas barreiras. Uma delas está no ambiente jurídico brasileiro, onde os usuários principais são os credores e o fisco, e a referência principal baseia-se na conformidade à lei, ou orientação pela norma.

No ambiente contábil brasileiro, boa parte das mudanças de normas necessariamente precisa de mudanças em leis, o que implica um processo de demorada tramitação e que não consegue acompanhar a evolução dos negócios. No entanto, a barreira maior, talvez, esteja na baixa liquidez para a maior parte dos ativos, incluindo instrumentos financeiros, o que se traduziria em uma utilização muito maior de critérios alternativos, de elevado grau de subjetividade, tais como técnicas de ajuste a valor presente. Outra possibilidade é a utilização de um número demasiado de metodologias de precificação, cada uma baseando-se em dados diversos (taxas, prazos, projeções de índices de preços ou de variações cambiais...). Isto poderia tornar a tarefa da

análise de demonstrações financeiras mais difícil ainda para o público não especializado e criaria obstáculos adicionais à comparabilidade da performance e situação financeira entre as entidades.

Por outro lado, sabe-se que ao avaliar uma empresa, objetiva-se alcançar o valor justo de mercado, ou seja, aquele que representa de modo equilibrado, a potencialidade econômica de determinada companhia. Entretanto, o preço do negócio somente será definido com base na interação entre as expectativas dos compradores e vendedores. Não existe um valor correto para um negócio. Pelo contrário, ele é determinado para um propósito específico, considerando as perspectivas dos interessados.

A consciência da existência de obstáculos é necessária para a evolução do pensamento contábil brasileiro e também para a harmonização com as normas internacionais. Fator importante para a inserção das empresas brasileiras no mercado de capitais na arena internacional. Conceitos como esses possibilitam novas críticas ao modelo de mensuração adotado no Brasil e, conseqüentemente, a possibilidade de surgimento de novos conceitos e técnicas, com fundamentos científicos.

9. CONCLUSÃO

No decorrer deste estudo constatou-se a importância das informações para a contabilidade como forma de auxílio à tomada de decisões. Isto se dá, principalmente devido ao objetivo da contabilidade, que é o fornecimento de informações para suporte à tomada de decisão. No entanto, seu objetivo não é só informar, mas informar com qualidade a fim de trazer resultados de qualidade.

A informação possibilita uma série de análises, desde que condicionada a certas qualidades, tais como comparabilidade, confiabilidade e compreensibilidade. O que se espera, portanto, é que essas informações, quando evidenciadas, possibilitem um conhecimento amplo e bem fundamentado acerca da situação patrimonial. Quando se trata da utilidade da informação na contabilidade, há de se ter em mente que a informação transmitida ao usuário terá valor se, e somente se, suprir de algum modo o seu modelo decisório, reduzindo suas incertezas. Ainda não se deu a devida atenção ao fato de que cada número representado nas peças contábeis são meras representações de eventos passados. Portanto, são símbolos numéricos que representam fielmente o preço pago, desconsiderando o valor desse item em determinado tempo.

O que se discute, portanto, é uma base de avaliação que possibilite aproximar preço e valor, bem como padronizar avaliações que hoje são diferenciadas para cada item contábil, devido suas características econômicas peculiares.

Dessa forma, considera-se o *Fair Value Accounting* como o que melhor estima o valor econômico de mercado dos elementos patrimoniais, considerando o patrimônio item por item.

Os reguladores e os organismos responsáveis pela emissão de normas contábeis no mundo, principalmente o *FASB* e o *IASB*, acreditam cada vez mais no princípio de que as companhias deveriam avaliar todos seus ativos e passivos pelo Valor Justo.

Percebe-se que a visão Valor Justo defende a idéia de espelhar uma imagem fiel e precisa da situação dos negócios, mesmo que contrarie alguns aspectos legais. Ou seja, as informações geradas pela empresa devem ser verdadeiras e exatas, antes de serem legais, a fim de retratar a correta posição da empresa. O que se justifica, nesse pensamento, é que as informações contidas nos relatórios, apesar de terem que atender ao requisito legal, não devem suprir seus usuários com informações falsas ou aparentes, pois estariam traindo o próprio objetivo da contabilidade que é o de fornecer informações relevantes aos seus usuários.

No ambiente brasileiro, mesmo que a Lei das Sociedades por Ações seja modificada de modo a permitir a adoção do valor justo, poderá haver dificuldades práticas devido a barreiras como o sistema jurídico, a escassez de mercados líquidos e barreiras culturais, ligadas à formação acadêmica.

No sistema jurídico brasileiro prevalece o direito romano, em que a lei é a principal fonte do direito. No ambiente contábil, os aspectos legalistas costumam prevalecer, propiciando engenharias financeiras que obedecem à lei, mas ignoram seu espírito.

Em função do exposto, conclui-se que o conceito de valor justo tem uma gama de aspectos qualitativos, que embora superem o custo histórico, possui uma maior desvantagem no grau de subjetividade das estimativas. Tais aplicações, no entanto, poderiam levar ao uso indiscriminado de numerosos modelos alternativos de precificação, prejudicando a confiabilidade e comparabilidade dos números apresentados nas demonstrações contábeis.

Essas precificações subjetivas não deverão ser um impedimento para a intensificação das mensurações a valor justo no futuro. A experiência na sua aplicação muito provavelmente indicará os necessários aperfeiçoamentos nas técnicas de valoração atualmente existentes.

Não se tem, ainda, uma exata definição de qual é o melhor método de avaliação a ser aplicado. Há um risco muito grande em abandonar o custo histórico para se aventurar no valor de mercado, devido à consistência prática do valor de custo. Sabe-se, portanto, que há necessidade de um conceito que quebre as barreiras que há entre os países, no que se refere à evidenciação de valores contábeis e informações financeiras aos usuários.

10. NOTAS:

* Contador, mestre em Contabilidade, Doutor em Ciências Empresariais, professor da Unioeste-Cascavel.

** Contadora, pós-graduanda em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Unioeste-Cascavel.

*** Contador, pós-graduando em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Unioeste-Cascavel.

****. Contadora, pós-graduanda em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Unioeste-Cascavel.

*****. Contadora, pós-graduanda em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Unioeste-Cascavel.

11. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 750/1993**.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 774/1994**.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 785/1995** - NBC T 1/1995.
- BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação n.º 29/1986**.
- BRASIL. Lei das Sociedades por Ações. **Lei n.º 6.404/76**.
- GUERREIRO, Reinaldo. Modelo de Sistema de Informação Contábil. In: CATELLI, Armando (org.). **Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica**. Gecon. São Paulo: Atlas, 1999.
- HENDRIKSEN, Eldon S. BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDART COMMITTEE (IASC). **Normas Internacionais de Contabilidade 2001**. Tradução da obra *International Accounting Standart 2001*, coordenada pelo IBRACON. São Paulo, IBRACON: 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- KEHL, Uwe. **Contabilidade pelo Valor Justo**. Evolução Mundial e Aplicação no Brasil. Rio de Janeiro, 2005.
- LOPES, Alexsandro Broedel. **Uma Análise Crítica do Arcabouço Teórico da SFAS 133: Accounting for Derivate Instruments and Hedging Activies**. In: Caderno de Estudos FIPECAFI. São Paulo. V.11 n.22. Set./dez. 1999.
- MARTINS. Eliseu, **Normas Contábeis Brasileiras e sua Integração às Normas Internacionais**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Prof.%20Eliseu%20Martins_Normas%20Brasileiras%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20%20BACEN.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2006.
- NAKAGAWA, Massayuki et all. Importância da divulgação das informações contábeis mensuradas ao *Fair Value*: uma abordagem da contabilidade sob o prisma dos fundamentos da semiótica. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade**. (CD-ROM). Conselho Federal de Contabilidade. Goiânia, 2000.
- PEREIRA, Carlos Alberto. Avaliação de Resultados e Desempenhos. In CATELLI, Armando (org.). **Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica**. Gecon. São Paulo: Atlas, 1999.
- SZUSTER, Natan; RIPAMONTI, Alexandre; NÉLO, Ana Maria. **Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica**. FIPECAFI; São Paulo: Atlas, 2001.